



ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

Trajectórias políticas das mulheres, em Portugal: Alguns dados preliminares¹

SANTOS, Maria Helena

Mestre em Psicologia Social e das Organizações

ISCTE/CIS²

Helena.Santos@iscte.pt

Resumo

Apesar dos últimos anos terem sido muito importantes, em termos da generalização da cidadania política às mulheres, continua a haver um défice de género nesse contexto, a nível mundial (Inter-parliamentary Union, 2008; World Economic Forum, 2007). A literatura tem salientado vários factores que podem contribuir para esta realidade, desde factores socioeconómicos, culturais e institucionais (Norris & Inglehart, 2001) a factores ideológicos (Espírito-Santo, 2006). No âmbito de um projecto de investigação, realizámos um estudo com questionários e entrevistas individuais a 20 deputado(a)s dos principais partidos políticos portugueses, onde procurámos, nomeadamente, abordar o percurso escolar e profissional, a experiência no exercício da política, e a ligação entre a esfera privada e pública, procurando reconstituir a sua trajectória e identificar os factores críticos da vida pessoal e partidária que estão ligados, sobretudo, à ascensão das mulheres. Esta comunicação apresenta alguns desses resultados.

Palavras-chave: género, política, trajectórias





1. Introdução

Apesar da inegável evolução da condição das mulheres em muitas sociedades do mundo, nas últimas décadas, continua a verificar-se um défice de género a vários níveis, sobretudo, no contexto político (e.g., ver Inter-parliamentary Union, 2008; World Economic Forum, 2007). A literatura tem apontado vários “factores de expulsão” das mulheres da política (Bettencourt & Pereira, 1995, p.11) que podem contribuir para este défice democrático e para justificar as diferenças existentes entre os países, desde os movimentos sociais de fundo, acompanhados de alterações das mentalidades, aos progressos económicos (Pintat, 1997). Norris e Inglehart (2001) destacam três grandes factores, a nível mundial: os factores socioeconómicos (e.g., ao nível da educação e do rendimento), factores culturais (e.g., atitudes relativamente aos papéis de género) e factores institucionais (e.g., o tipo de sistema eleitoral e a adopção ou não do sistema de quotas). Focando-se nestes últimos factores e partindo de um modelo de análise que engloba factores internos (e.g., a ideologia, a existência de organizações ou departamentos de mulheres e o perfil do líder) e externos (e.g., a opinião dos eleitores e o efeito das directrizes internacionais e europeias), Espírito-Santo (2006) mostrou que os factores internos são os factores mais explicativos das estratégias usadas pelos principais partidos políticos portugueses, em relação à eleição de mulheres, sobretudo a ideologia. Em 2004, Baum e Espírito-Santo já tinham mostrado que, apesar de importantes, os recursos (e.g., educação, rendimento, capacidades cívicas e estado civil) não eram suficientes para explicar a menor participação das mulheres portuguesas na política, e que a principal razão se deve ao facto de elas tenderem a estar mais desligadas da política, salientando a centralidade da socialização relativamente a esta temática. Estes resultados apontam para a existência de diferenças de género na socialização da cidadania, ou seja, continuam a persistir diferenças de género na sociedade, em termos dos papéis, em que as mulheres são socializadas para a política de forma diferente da dos homens, conduzindo, consequentemente, a um menor envolvimento político delas.

Segundo Bettencourt e Pereira (1995), não é fácil estudar esta temática quando confrontamos os próprios políticos, sendo pouco provável conseguir identificar, claramente, episódios de discriminação face às mulheres políticas. No seu livro “Mulheres políticas – As suas causas”, as autoras referem que, se por um lado, nenhuma trajectória política pode separar-se do talento individual, do voluntarismo, das ambições, da aptidão, do carisma, ou da capacidade de liderança e de influência das pessoas, por outro lado, os percursos das mulheres na política, fazem-se, em comparação com os dos homens, num enquadramento muito mais constrangedor e adverso. As autoras também identificam alguns factores explicativos deste défice de género e destacam, principalmente, a cultura, uma vez que (a) persistem diferenças de género ao nível da educação; (b) as mulheres continuam a ter menos oportunidades de participação cívica, nomeadamente, devido ao papel que continuam a ter a nível privado; (c) a falta de motivação por parte das mulheres para enfrentarem o domínio tradicionalmente masculino leva à auto-exclusão; (d) a não consciencialização por parte do eleitorado da importância da igualdade de género; e (e), menos falados, mas também determinantes, são os factores que se prendem com os “mecanismos de construção e de selecção das carreiras dentro dos partidos políticos” (Bettencourt & Pereira, 1995, p.9) que podem servir de inibidores à entrada das mulheres na política.

Neste contexto, no âmbito de um projecto de investigação mais alargado, realizámos um estudo com entrevistas biográficas a 20 deputados (11 deputadas e nove deputados) em actividade nos partidos políticos portugueses com representação parlamentar (BE, PEV, PCP, PS, PSD e CDS/PP). Procurámos abordar, nomeadamente, o percurso escolar e profissional, a experiência no exercício da política, e a conciliação entre a esfera privada e pública, com vista a reconstituir a sua trajectória e a identificar os factores críticos da vida pessoal e partidária que estão ligados, sobretudo, à ascensão das mulheres portuguesas. Focando-se em apenas alguns resultados deste estudo, a presente comunicação procura, recorrendo quer à caracterização, em termos demográficos, destes deputados e deputadas, quer aos testemunhos relativamente à sua trajectória para a política, apontar factores explicativos das trajectórias



políticas das mulheres, no caso português, ou seja, procura mostrar, de entre factores, como a vocação pessoal, a educação, os acontecimentos, as influências, ou figuras que apoiaram as suas carreiras, quais os que mais se destacam e quais as diferenças mais salientes entre sexos

Trata-se de uma população onde não é muito fácil chegar, por isso, utilizámos a técnica, geralmente, designada “bola de neve”, ou seja, à medida que se faziam as entrevistas, pediam-se mais alguns contactos, de modo a assegurar entrevistas dos deputados e deputadas de todos os partidos políticos com assento parlamentar. As entrevistas foram todas realizadas na Assembleia da República, entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007, e demoraram entre 40 minutos a 3:45 horas. Em seguida, foram complementadas com informação recolhida no pequeno questionário que preencheram e no Curriculum vitae existente no Site do Parlamento. O número de entrevistados é, aproximadamente, proporcional aos partidos, à excepção do CDS/PP, porque, apesar dos esforços nesse sentido, não conseguimos realizar mais entrevistas.

Assim, como podemos verificar no Gráfico 1, as idades dos deputados situam-se entre os 28 e os 62 anos ($M=45,95$; $DP=11,52$), sendo a média de idades das deputadas superior ($M=47,7$) à dos deputados ($M=43,8$).

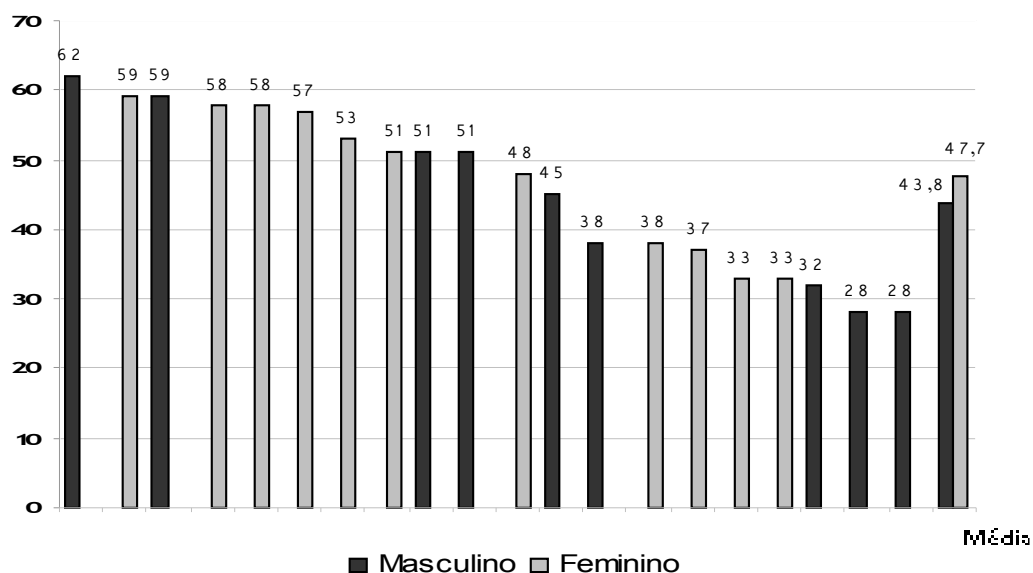


Gráfico 1 - Idade por sexo

Quanto às habilitações literárias, praticamente todos os entrevistados têm um curso superior, havendo quatro deputadas e metade dos deputados com pós-graduações (mestrado ou doutoramento), mais de metade da população com uma Licenciatura ou Bacharelato (cinco deputadas e sete deputados) e duas deputadas com um Curso Geral ao nível do Liceu (Gráfico 2). Acrescente-se que, praticamente, metade da população licenciou-se em Direito.

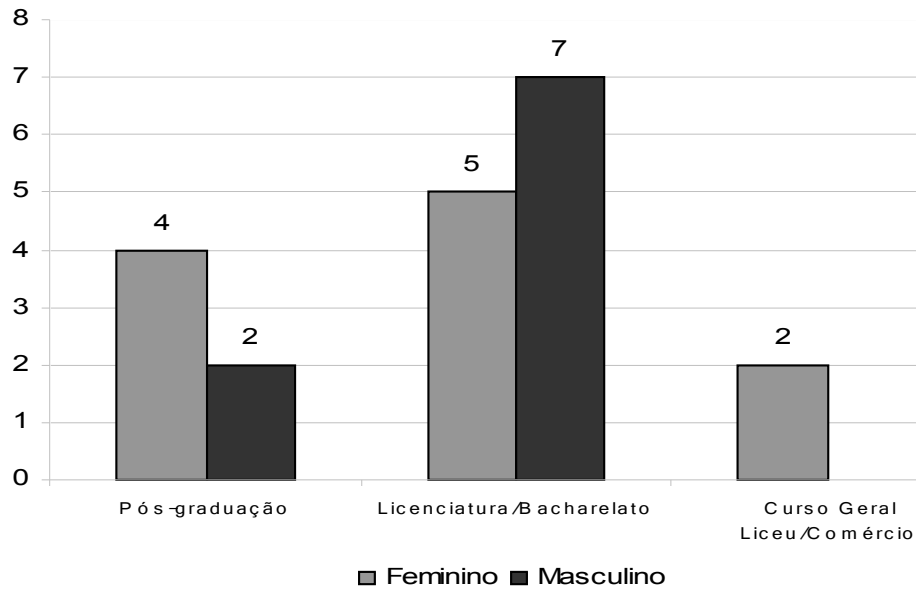


Gráfico 2 - Habilitações literárias por sexo

Excepto uma Deputada, todos tinham uma profissão, embora poucos a exercessem paralelamente. Como seria expectável, salientam-se os advogados (sobretudo do sexo masculino); juristas e docentes, (sobretudo do sexo feminino), tanto ao nível superior, como no secundário.

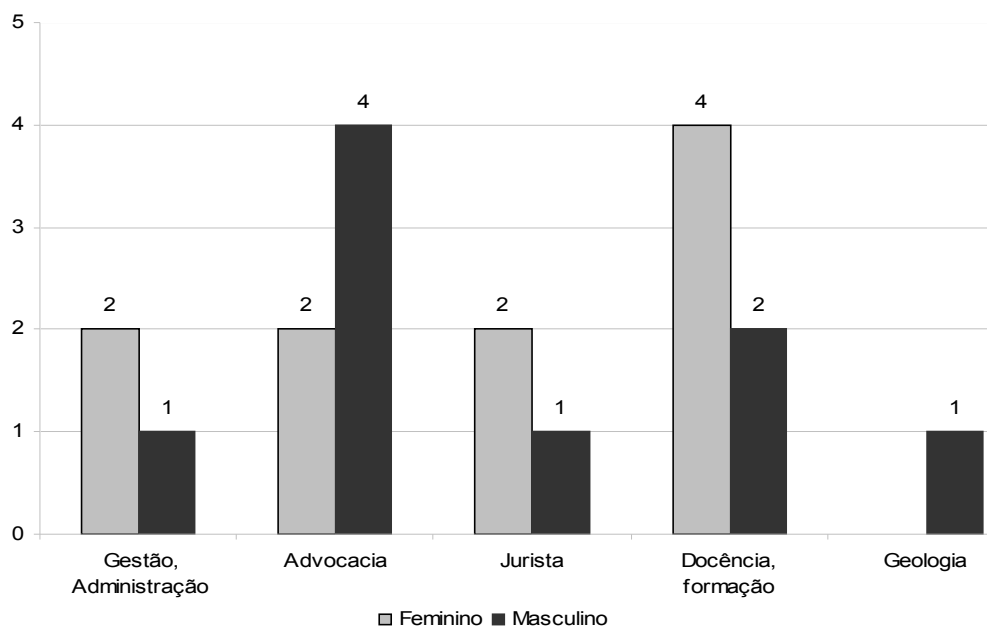


Gráfico 3 - Profissão por sexo

2. Influências que conduziram ao ingresso na política e à adesão a um Partido

Em relação às influências que levaram os entrevistados a ingressar na política e a aderir a um Partido, não há grandes diferenças entre os sexos, sendo estas mais perceptíveis entre gerações, devido às posições dos mais velhos (principalmente de Esquerda) face ao regime, como ilustra o seguinte comentário de um deputado:



“(…) Eu vivi ... era adolescente no tempo da ditadura e, portanto, confrontava-me com o facto de termos uma ditadura, que é a forma mais horrível de vida que se pode ter. E isso levou-me a opor-me a essa ditadura. Portanto, a escolha da política não é uma escolha de carreiras, nem de vocações, nem de influências, é a vida social. Os jovens não se podiam reunir, não havia direito de expressão, ninguém podia publicar um artigo, íamos para a guerra colonial. Portanto, as razões da vida levaram-me, não só a mim, mas uma parte desta geração a contrapor-se com a ditadura e a procurar alternativas. (...) Os acontecimentos são uma influência e a vida é uma influência, significa contactar com pessoas, com professores (...) A vida cruza muitas influências diferentes, não é? Mas, as circunstâncias, o que é preciso perceber é isso, porque Portugal teve a mais longa ditadura da Europa e, nos últimos anos, estávamos em guerra colonial, e qualquer miúdo sabia que quando tivesse 18 anos ia combater numa Guerra e, isso, não tinha sentido nenhum.” (E9H)

Enquanto que os mais jovens, para além da vocação pessoal, salientam muito os movimentos estudantis, como se vê no seguinte comentário de uma deputada:

“(…) Eu não decidi ser deputada, não foi uma coisa que eu tivesse pensado. Agora, desde miúda, sempre fui muito activa na participação das decisões e dos acontecimentos, vamos dizer assim, não é? Mesmo na escola, sempre fui delegada de turma, sempre participei em tudo (...) e sempre fui muito militante na ideia que nós temos um papel a desempenhar para além daquilo que nos diz respeito. A promoção do bem comum exige a participação de todos e exige uma noção de responsabilidade individual nessa construção de bem comum e da sociedade no seu conjunto (...) Eu estudava, claro, nunca deixei de estudar, mas também trabalhei cedo, participando em grupos de trabalho, em trabalhos de grupo pontuais ligados ao desenvolvimento regional. E, a partir daí, conheci pessoas que estavam ligadas ao meio político. Participei numa reunião, acharam que eu tinha interesse, enfim, interesse por várias razões, e os convites começaram-me a surgir.” (E2M)

Nos gráficos 4 e 5 procuramos sistematizar a informação relativa aos vários tipos de influências citados pelos deputados, em geral, que, de alguma forma, os levaram a ingressar na política. Assim, no Gráfico 4, vemos que as vivências estigmatizantes em tempos de ditadura e a oposição ao regime (muito citada, de facto, pelos mais velhos, sobretudo, de Esquerda), ou a saliência do contexto (referidos pelos mais jovens e mais ligado aos movimentos de estudantes face às medidas adoptadas pelo Governo relativamente à Educação Pública); a educação familiar e o envolvimento da própria família na oposição à ditadura e à guerra colonial, ou a educação familiar, *tout court* (no caso dos mais jovens), cedo fez com que despertassem a consciência política. Transversal a tudo isto é a vocação. Alguns deputados (dois deputados e uma deputada, que também citou o destino) também referiram a importância que algumas personalidades políticas activas tiveram para si (António Guterres, Filipe González, Francisco Sá Carneiro e Mário Soares). Só no caso de quatro deputados (dos quais, três do sexo feminino) o seu ingresso na política se deu ao acaso, sendo convidados.

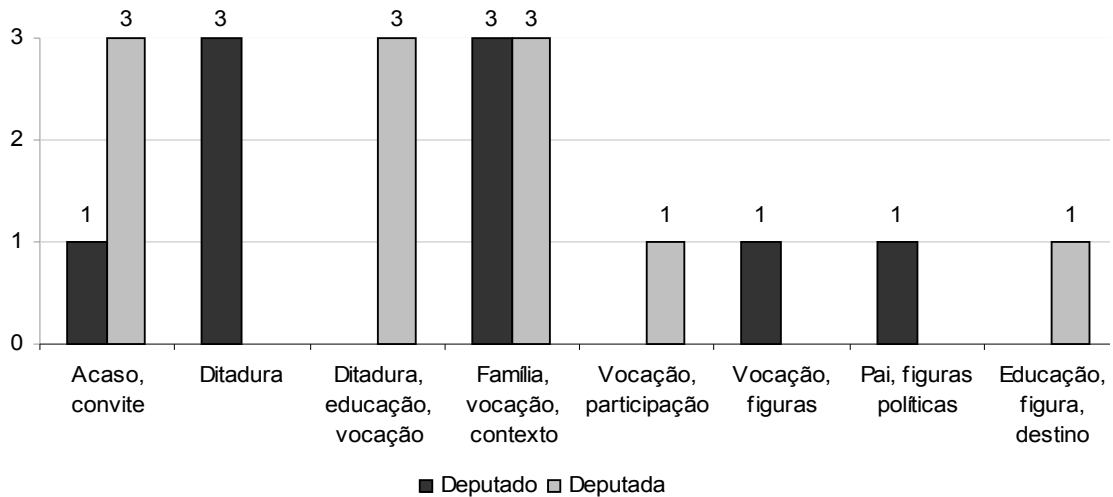


Gráfico 4 - Influências por sexo

Relativamente ao ingresso na política mais activa (Gráfico 5), apesar de haver várias diferenças, a filiação partidária ou a adesão a um Partido (nos casos em que, logo após o 25 de Abril, foram fundadores ou membros de partidos) é o padrão dominante. Independentemente do sexo, da geração, ou da ideologia, também, há casos em que o ingresso resultou de um convite ora em consequência da ocupação de cargos públicos, ora em consequência do seu envolvimento no Partido, de alguma forma, ou que, por mero acaso, resulta de um convite.

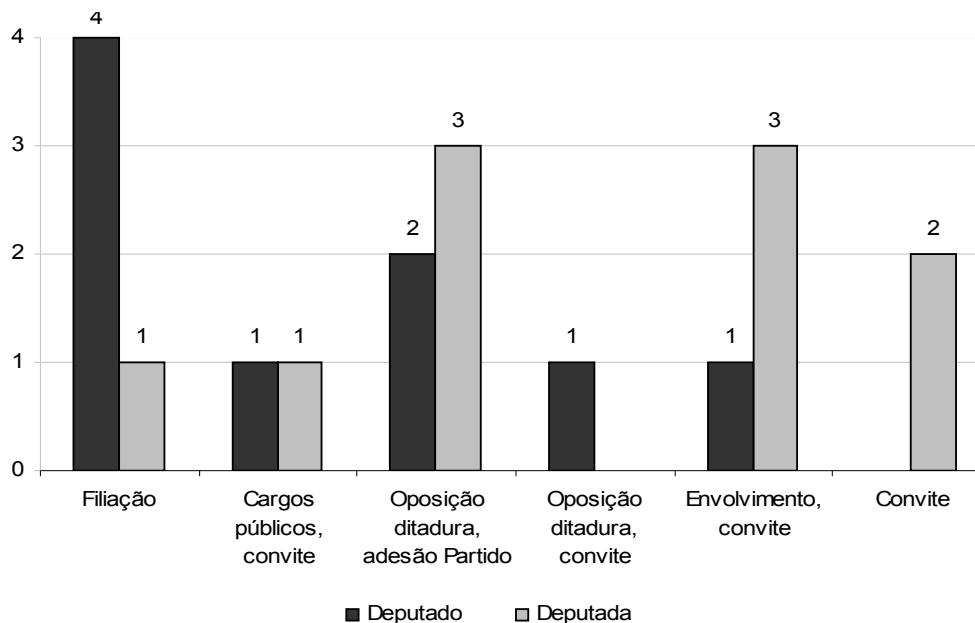


Gráfico 5 - Ingresso na política por sexo

Quando ingressaram na política, em média, os deputados eram bastante mais jovens (21 anos) do que as deputadas (29 anos)³, como vemos no Gráfico 6⁴. De um modo geral, estes deputados ingressaram muito cedo na política activa, à excepção de cinco casos (quatro do sexo feminino), o que influencia bastante esta média. Nota-se também quando analisamos a média de idades do ingresso, mais tarde, na Assembleia da República, em que a diferença de idades entre deputados (35 anos) e deputadas (38 anos) diminui de oito



para três anos. Ressalta a diferença de tempo que existe entre o ingresso na política e o ingresso na AR no caso de alguns deputados, sobretudo do BE, fundado em 1999.

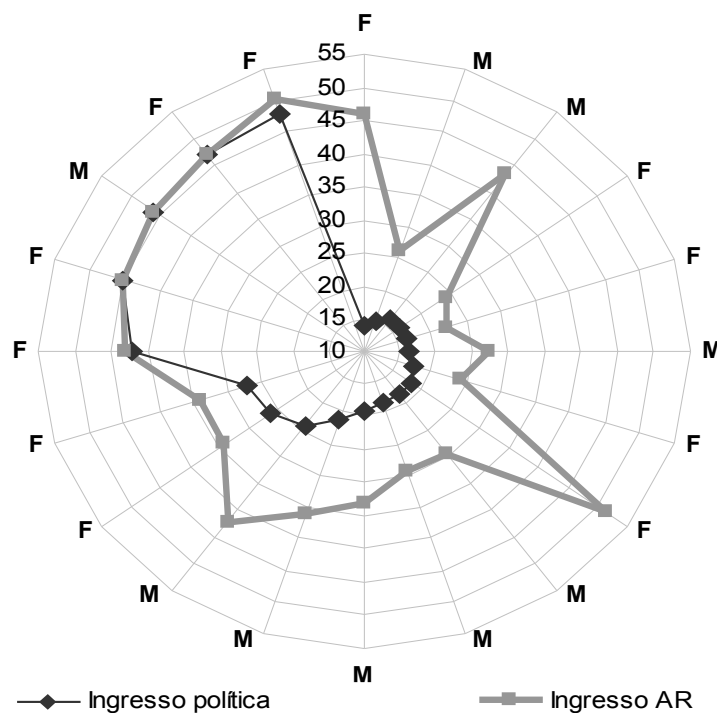


Gráfico 6 - Idade de ingresso na política e na Assembleia da República por sexo

Quando analisamos o ano em que ingressaram na política, há uma grande variedade, como seria de esperar, até porque, como vimos, as idades dos deputados variam entre 28 e 62 anos. Para além da leitura mais rica que o Gráfico 7 nos dá, percebe-se que, de um modo geral, os deputados ingressaram mais cedo (a Moda corresponde a 1969, com dois deputados) do que as deputadas (a Moda corresponde a 1995, com três deputadas) na política.

Quanto ao ano de ingresso na Assembleia da República, numa primeira análise, ressaltam duas situações: numa, há cinco casos em que não há diferenças entre o ingresso na política e na Assembleia da República (quatro são do sexo feminino) e outra, que espelha a realidade dos deputados do BE, em que há uma grande amplitude temporal entre as duas fases. Numa segunda análise, percebemos que com excepção de uma, as deputadas entraram todas na Assembleia da República entre 1994 e 2005, sendo que, em 1995, entraram duas e o mesmo número repetiu-se em 1999 e em 2005. Os deputados entraram gradualmente à excepção dos dois que ingressaram em 2002. Aqui, as diferenças entre os sexos parecem menos acentuadas.

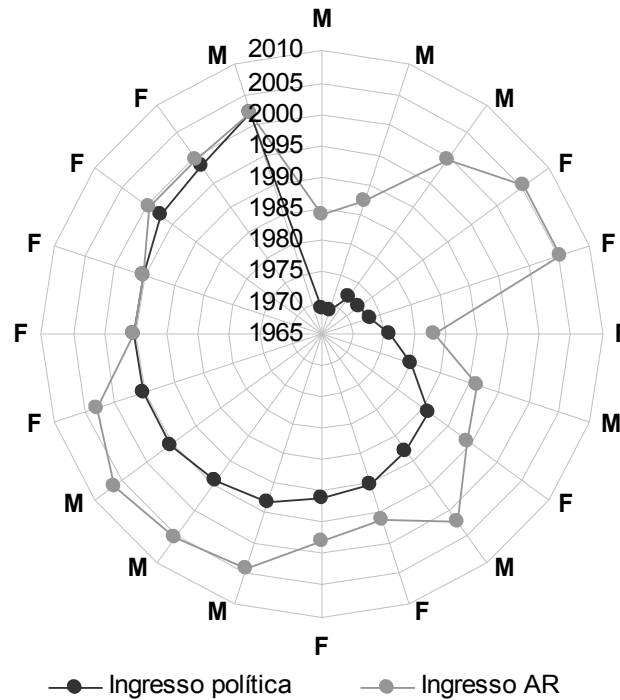


Gráfico 7 - Ano de ingresso na política e na Assembleia da República por sexo

3. A conciliação entre a actividade política e a vida familiar

Como podemos verificar na Tabela 1, mais de metade dos entrevistados é casada ou vive em união de facto. Dos sete restantes, quatro estão divorciados (três do sexo feminino, sendo o do sexo masculino divorciado pela segunda vez) e três são solteiros, entre os quais, um do sexo feminino.

Sexo	Estado Civil				Total
	Casados	Divorciados	Solteiros	União facto	
Masculino	5	1	2	1	9
Feminino	7	2	1	1	11
Total	11	4	3	2	20

Tabela 1 - Estado civil por sexo

Se cruzamos o sexo, o estado civil e o número de filhos (Tabela 2), destaca-se o facto de três deputados não terem filhos (dois são solteiros) e de nenhum ter mais de dois filhos. E, portanto, têm todos entre um e dois filhos. No caso das deputadas, não há nenhuma sem filhos, independentemente do estado civil, havendo três com três filhos ou mais. Tal como no caso deles, a maior parte das deputadas tem entre um e dois filhos.



		Número de filhos				
Sexo		Nenhu m	U m	Doi s	Três e mais	Tota l
Masculino	Estado Civil	casado	1	3	1	
		divorciado			1	
		solteiro	2			
		união facto		1		
Total		3	4	2	0	9
Feminino	Estado Civil	casada		3	2	2
		divorciada			1	1
		solteira		1		
		união facto		1		
Total		0	5	3	3	11

Tabela 2 - Número de filhos segundo o sexo e o estado civil

Com vista a procurar conciliar o melhor possível a actividade profissional/política e as responsabilidades familiares, em termos das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, excepto um deputado solteiro, que não tem qualquer apoio, e de uma deputada, cuja família apenas a ajudava esporadicamente quando os filhos eram pequenos, todos os outros têm apoio de uma empregada seja a tempo parcial, seja a tempo inteiro. E metade tem o apoio de uma empregada e da família.

Sexo	Apoio					Total
	Sem apoio	Empregada tempo parcial	Empregada tempo inteiro	Empregad a e família	Família	
Masculino	1	3	2	3		9
Feminino			3	7	1	11
Total	1	3	5	10	1	20

Tabela 3 - Apoio ao nível das responsabilidades familiares

Quando questionados sobre a atitude dos seus parceiros e parceiras relativamente à sua carreira, embora todos afirmem ser uma atitude de respeito, consideração, apoio ou compreensão face ao compromisso por eles assumido, alguns admitem que a actividade na política carrega alguns “custos” e que, por vezes, os seus parceiros e parceiras não estão muito satisfeitos, como são disso exemplo os seguintes comentários:

“(…) em geral, digamos que ela não está muito satisfeita com a situação, e eu próprio também há coisas que gostaria de poder mudar, mas penso que ela, penso não, sei que ela compreende essa situação. Agora, a gestão que fazemos do dia a dia tem custos na qualidade da nossa relação (…), é um preço que temos que pagar. Mas, assumi um compromisso e a minha consciência, neste momento, é mais importante.” (E7H)

“(…) Eu acho que os homens assumem um pouco aquela leitura de que não gostam de ser maridos da deputada, gostam antes que elas sejam mulheres dos deputados (…) o meu marido, pelo menos nunca assumiu objectivamente, nem nunca criou qualquer mecanismo que impedisse o meu exercício da vida política (…) Agora, eu sinto que...que o meu marido gostaria muito mais que eu fosse uma mulher calma e tranquila no exercício das lides domésticas e, se tivesse que optar por uma profissão, que a profissão ficasse ali perto de casa, umas aulinhas, etc.” (E8M)



4. Ingresso na política, identidade, satisfação e mérito pessoal

O Gráfico 8 engloba os resultados de oito⁵ das 21 questões inseridas num pequeno questionário a que os deputados responderam após as entrevistas, acompanhadas de uma escala de concordância de 7 pontos⁶. Assim, todos concordam que a sua entrada para a política foi um processo natural e que gostam de política (sobretudo, os deputados de Direita), embora não se identifiquem com os outros políticos. Os deputados de Direita estão mais satisfeitos com a sua situação do que os de Esquerda. E todos concordam um pouco (mais os de Esquerda), que têm êxito profissional, que merecem esse êxito e que este se deve às suas capacidades e ao seu esforço. Contudo, enquanto que os deputados de Esquerda discordam que o seu êxito se deve ao acaso, à sorte, os deputados de Direita já concordam um pouco.

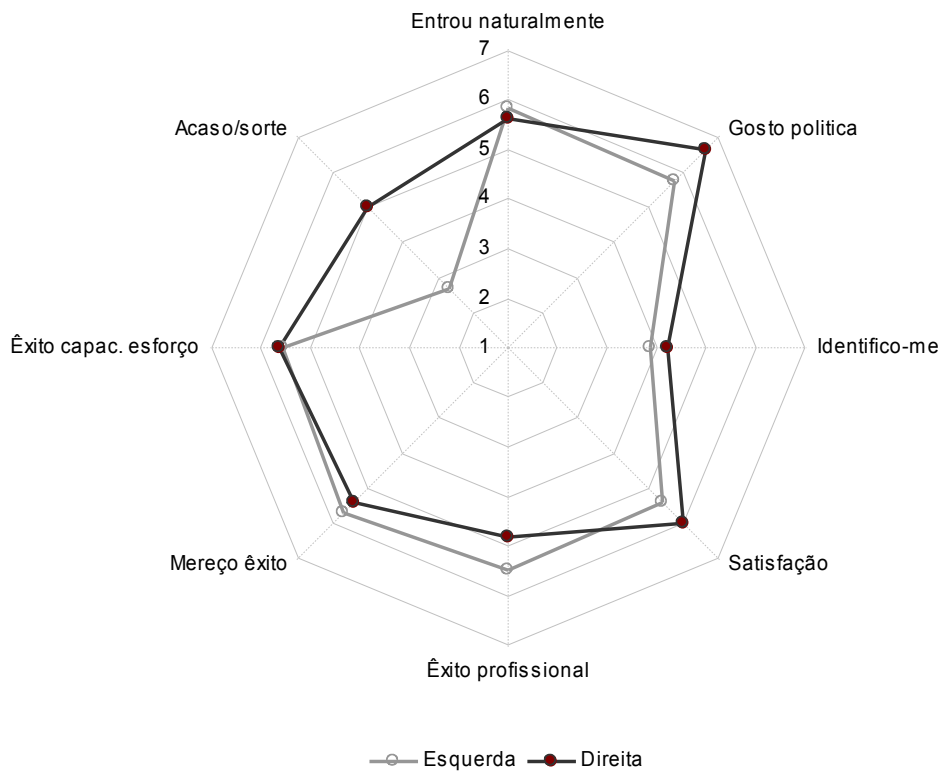


Gráfico 8 - Ingresso na política, identidade, satisfação e mérito pessoal por ideologia

Ao efectuarmos a análise das mesmas variáveis, mas tendo em conta o sexo, não há grandes diferenças, como ilustra o Gráfico 9. Salientaremos apenas duas questões. As entrevistadas concordam mais que gostam de ser políticas ($M=6,18$) e que o seu êxito profissional se deve às suas capacidades e ao seu esforço pessoal ($M=6$) do que os entrevistados ($M=5,67$ e $M=5$, respectivamente).

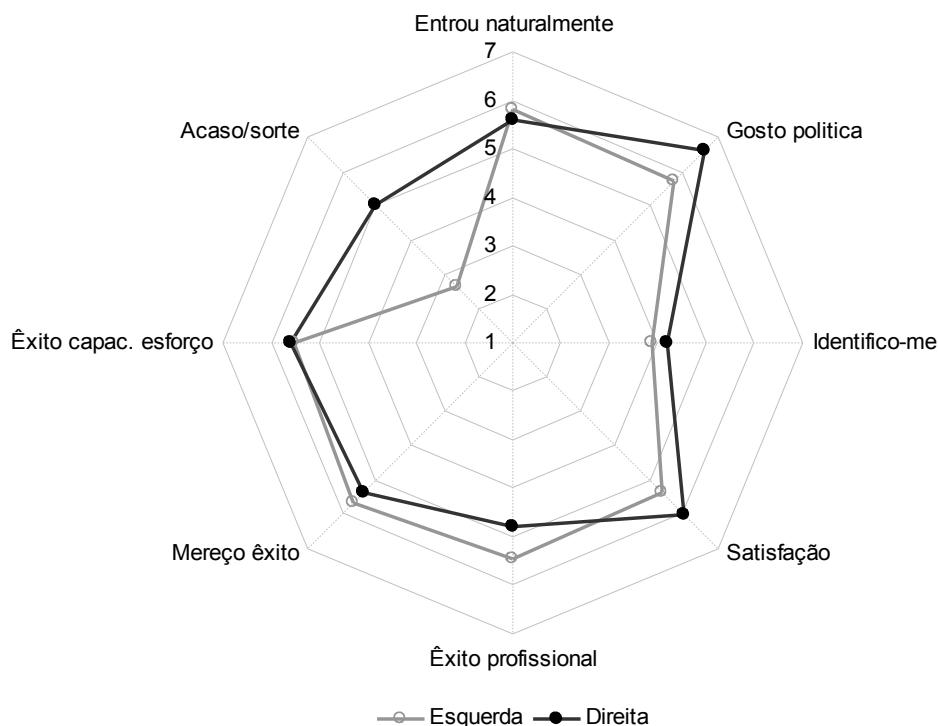


Gráfico 9 - Ingresso na política, identidade, satisfação e mérito pessoal por sexo

5. Atitudes face ao défice de género existente na política

Da análise das questões⁷ expressas no Gráfico 10, sujeitas à mesma escala que as anteriores, podemos concluir que os entrevistados, em geral, estão conscientes de que existe um défice de género na política, que é uma situação de desigualdade de género injusta, tratando-se de um problema ao nível da democracia e que, portanto, é uma situação que não se deve manter. Todos partilham a ideia que se trata de uma situação que se deve a factores sócio-culturais, mas só as deputadas concordam um pouco que se considera o sexo quando se seleccionam as pessoas. Em geral, não têm uma opinião formada sobre se este défice de género se deve à falta de interesse ou motivação pela política por parte das mulheres, mas já concordam um pouco que as mulheres que entram para a política servem de exemplos/modelos às outras mulheres, em geral.

Quando questionados sobre se estas ainda são discriminadas, são unânimes em concordar, mas quando lhes perguntamos se já foram discriminados pessoalmente ao longo da sua carreira, isso já não acontece (não concordam, nem discordam). E veja-se que a média dos deputados ($M=3,4$) é pouco mais baixa do que a das deputadas ($M=3,8$).

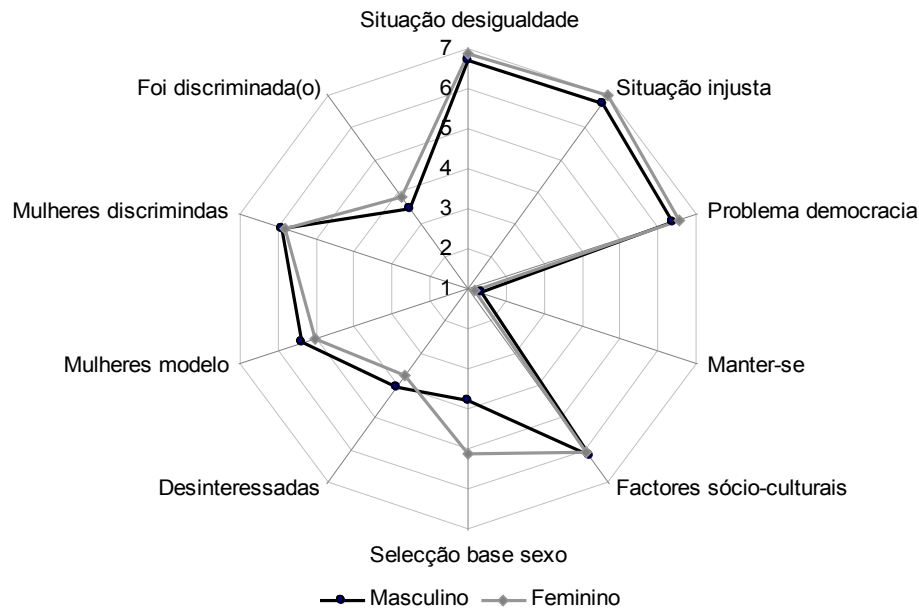


Gráfico 10 - Ingresso na política, identidade, satisfação e mérito pessoal por sexo

É de salientar que, se por um lado, os deputados, em geral, concordam um pouco que as mulheres que entram para a política possam servir de exemplos às outras mulheres e, assim, motivá-las para a política, também admitem que estas são uma ameaça para os que já lá estão, sobretudo para os homens, que colocam em causa as suas competências, como ilustram os comentários que se seguem:

“(…) a diferença, é sempre uma ameaça para qualquer tipo de sistema que convive mal com as diferenças, até enquadrar, e verificar que não, digamos, dá cabo do sistema, ou que não é uma ameaça à sobrevivência do sistema. (...) [A entrada das mulheres] Sim, é uma ameaça (...) Sente-se, porque as pessoas verbalizam “não há qualidade”, ou “não há competência”, ou “aonde é que, agora, se vai buscar as mulheres” e não sei que mais. E, depois, pega-se em exemplos extremos para generalizar “olha, estão a ver?” (E8H)

“Há resistência, há resistência dos poderes instalados, claro, claro que é uma ameaça. E a evocação é sempre ‘não há mulheres para pormos nos lugares” (E2H)

“Pode...por parte de alguns homens vai. Por isso é que eles resistiram tanto! Vai ser isso...porque vão ter de sair. Numa cadeira só se senta uma pessoa, se está lá um homem e, a partir de agora, tem de ser uma mulher, algum homem vai ter de saltar de fora. Claro que eles vêem isso, porque claro que o machismo existe; claro que nós vivemos numa sociedade patriarcal, não vivemos noutra tipo de sociedade, portanto, claro que os homens também querem defender os seus lugares, enquanto homens; claro que existe uma contradição na sociedade, de género, entre homens e mulheres. Existem várias contradições, umas são mais activas, outras são menos activas, mas existe uma, de facto, entre mulheres e homens (...) sobretudo na política.” (E9M)

“É, é uma ameaça. É menos um lugar para o homem (*risos*) Cada mulher que entra, é menos um lugar de um homem. É como no emprego, as primeiras a ser despedidas não são as mulheres?” (E6M)



6. Discussão dos resultados e conclusão

Nesta comunicação procuramos, recorrendo quer à caracterização, em termos demográficos, de 11 deputadas e nove deputados, quer às atitudes e testemunhos relativamente à sua trajectória para a política, apontar factores explicativos das trajectórias políticas das mulheres portuguesas. Dos dados apresentados, podemos apontar alguns factores.

Em comparação com os homens, não há grandes diferenças em termos de habilitações literárias, ou de profissões. Se é verdade que não há deputados com um Curso Geral de Liceu, ou do Comércio, também é verdade que há mais deputadas pós-graduadas e que a maioria tem Licenciatura ou Bacharelato. A ideia difundida no senso comum, que serve, por vezes, de argumento contra as quotas, em como as Mulheres irão lá chegar porque estão nas universidades, não é confirmada por estes dados como, aliás, não o é em geral pela investigação.

Quanto às influências que conduziram as deputadas a ingressar na política e a aderir a um Partido, destaca-se o factor histórico. Por um lado, a grande influência, sobretudo, dos entrevistados mais velhos de Esquerda, em geral, deve-se às circunstâncias e à educação familiar. A vivência num regime ditatorial cedo os levou a lutar contra à ditadura e à guerra colonial. Por outro lado, os mais jovens que, para além da educação familiar, de algumas personalidades políticas activas e da vocação, já referem mais os movimentos estudantis, como forma de protesto às medidas para a Educação adoptadas pelo Governo.

Em relação ao ingresso na política mais activa, embora haja já alguma variação, a filiação partidária e a oposição à ditadura é o padrão dominante. Também há alguns casos em que o ingresso resultou de um convite ora em consequência da ocupação de cargos públicos, ora do seu envolvimento no Partido, ou que resulta de um convite, como aconteceu a duas deputadas que nunca se tinham envolvido na política. Parece haver dois padrões, independentemente do sexo: um, o dominante, é a passagem do partido para os lugares de deputado(a)s e outro, em que com êxito profissional, mas não tendo ocupado lugares partidários, entraram “por cima” (Bettencourt & Pereira, 1995) na vida partidária. Em média, o ingresso das mulheres deu-se mais tarde do que o dos homens, assim como na Assembleia da República, apesar da diferença diminuir de oito para três anos. Das 11 mulheres, 10 entraram entre 1994 e 2005. É provável que isto se deva ao impacte que a “Lei das Quotas”⁸ teve no comportamento dos partidos políticos relativamente ao recrutamento (Viegas & Faria, 2001), visto que, apesar de ter sido rejeitada pelos partidos da oposição, a discussão em torno desta temática parece ter contribuído para uma maior consciencialização (Freire, 2003) sobre o défice de género na democracia.

Apesar de alguns custos, parece haver uma conciliação entre a actividade política e a vida familiar. A maioria é casada ou vive em união de facto e tem entre um e dois filhos. Mas, enquanto que no caso dos deputados, há três que não têm filhos e nenhum tem mais de dois, todas as deputadas têm filhos e três têm três, ou mais, filhos. Destas, uma é divorciada e outra é casada pela segunda vez. Porém, dos três divorciados, só um deputado admitiu que a actividade política poderá ter contribuído para o divórcio. Por suas palavras:

“(…) a política, concebida com um espírito de missão, como eu a concebi, é, de facto, muito incompatível com o casamento, é completamente incompatível. E, depois, a pessoa paga um preço, está a ver?” (E5H).

Para procurarem conciliar a actividade política e as responsabilidades familiares, em termos das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, todos recorrem ao apoio de uma empregada doméstica seja a tempo parcial, seja a tempo inteiro, para além, muitas vezes, da ajuda e compreensão da família e do(a) parceiro(a), que, como vimos nem sempre tem uma atitude completamente positiva. Outros estudos mostram que o recurso às empregadas domésticas é uma solução, ao alcance dos casais de nível socioeconómico mais elevado, que evita o conflito e a negociação quanto à distribuição das tarefas domésticas (Amâncio, 2007). Podemos, assim, dizer que, para além da compreensão por parte da família, em geral, é necessário ter recursos (económicos e de educação) relativamente elevados para se entrar na



política. Aliás, durante as entrevistas, esta questão foi salientada algumas vezes, como no seguinte comentário:

“É evidente que eu não poderia fazer o que faço se não pertencesse, por um lado, a um estrato social que pode ter apoios em relação às tarefas domésticas e, por outro lado, se, em termos familiares mais estritos, eu não tivesse, digamos, também esse apoio, esse quase ‘desculpar’ das minhas ausências, não é? Porque, há uma penalização muito grande na família. Não só para a família em si, mas para mim própria que também gosto muito de estar com a minha família (...)” (E10M)

Quanto às atitudes relativas ao ingresso na política, identidade, satisfação e mérito pessoal, de uma maneira geral, todos gostam de política e pensam que a sua entrada neste mundo se tratou de um processo natural, embora não se identifiquem muito com os outros políticos. Os de Direita estão mais satisfeitos com a sua situação do que os de Esquerda e todos concordam um pouco que têm êxito profissional, que o merecem e que este se deve às suas capacidades e ao seu esforço pessoal. Só os de Direita concordam que o seu êxito se deve um pouco à sorte. Em comparação com os deputados, as deputadas admitem gostar mais de ser políticas e que o seu êxito profissional se deve às suas capacidades e ao seu esforço.

Relativamente às atitudes face ao défice de género existente na política, apesar de serem unânimes em concordar que as mulheres são discriminadas na nossa sociedade, isso já não acontece quando lhes perguntamos se já foram discriminados pessoalmente ao longo da sua carreira, havendo pouca diferença entre os sexos. Parece tratar-se do fenómeno designado por alguns psicólogos sociais de efeito de negação de discriminação pessoal (e.g., Crosby, 1982), que é a tendência dos membros dos grupos minoritários (ou tratados como tal) para reconhecerem uma maior discriminação dirigida ao seu grupo do que a eles próprios. Há aqui posições, ou discursos, contraditórios por parte das mulheres, porque, se, por um lado, consideram que o seu êxito profissional se deve às suas capacidades e ao seu esforço, parecendo reconhecer que são excepções, por outro, consideram que, apesar das mulheres, em geral, serem discriminadas, tendem a negar que elas próprias o são. Nogueira (1996) já tinha mostrado este fenómeno num estudo com mulheres em profissões de elevado estatuto ou tradicionalmente masculinas. Este discurso, que alguns autores atribuem ao “síndrome da abelha rainha” é, geralmente, adoptado pelas mulheres de sucesso (tokens) (Kanter, 1977), constituindo, assim, mais um obstáculo à mobilidade das mulheres, em geral, porque não assenta numa análise realista da discriminação, enquanto fenómeno social.

Em geral, estão conscientes de que existe um défice de género na política, que é uma situação injusta, um problema de democracia, que existe devido a factores sócio-culturais, tratando-se de uma situação que não se deve manter. Todavia, na prática, sabemos que os partidos divergem relativamente ao número de mulheres nos seus grupos parlamentares e dos órgãos nacionais dirigentes. Por exemplo, neste momento, como se pode constatar no Site do Parlamento⁹, do total de 121 deputados do PS, 54 são mulheres; dos 75 deputados do PSD, apenas 8 são mulheres; dos 12 deputados do CDS/PP, há somente uma mulher; dos 11 deputados do PCP, não há nenhuma mulher. Dos 8 deputados do BE, que têm um sistema rotativo, neste momento, são 3 mulheres e só no PEV é que há uma verdadeira paridade, com um deputado e uma deputada. Apesar de, recentemente, o PS ter constituído um grupo de trabalho, tendo em vista uma Reforma do Parlamento, que sugeriu introduzir-se, por exemplo, “a obrigatoriedade do planeamento anual dos dias destinados às actividades políticas e a definição de horários que permitam a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar (E8M), a verdade é que até à altura das entrevistas, a política ainda era percebida como um mundo muito associado ao masculino e estranho ao feminino, podendo servir de “factor de expulsão” das mulheres (Bettencourt & Pereira, 1995), como foi várias vezes referido, independentemente do sexo:

“À partida, a forma de fazer política, inclusive pelos próprios horários da política e a organização da política, quase que expulsa as mulheres, porque é o trabalho político muito à noite, depois do dia, onde as mulheres têm mais o que fazer do que fazer charnar política, não é? Porque, no fundo, são o sustentáculo da família, no fundo, é uma questão da organização da família (...)” (E2H)



“o mundo dos partidos políticos é um mundo masculino, da mesma maneira que a Assembleia da República é um mundo masculino, portanto, vê-se que toda a organização desta casa é uma organização feita para homens, não é? Eu tenho avisado, muitas vezes, que cada vez que nós aumentamos a participação das mulheres, também temos que ajustar o funcionamento da Assembleia a essa nova realidade (...)” (E10M)

“Eu acho que esta situação da falta de mulheres na vida política se deve, fundamentalmente, à forma de funcionamento dos partidos políticos (...)”(E3M)

Só as deputadas concordam um pouco que a variável “sexo” tenha alguma importância no momento da selecção das pessoas, não há uma opinião formada relativamente à falta de interesse ou motivação pela política por parte das mulheres, e já concordam um pouco que as que entram para a política servem de exemplos às outras mulheres, embora, por outro lado, também sejam percebidas como uma ameaça para o sistema, como já se mostrou noutros contextos (e.g., Tajfel, 1982), sobretudo para os homens, que põem em causa as suas competências.

Assim, de entre os factores socioeconómicos e culturais, o obstáculo central parece ser a organização da política e a persistência de uma visão social que considera ser este um mundo masculino, nas competências que exige, e na sua forma de organização interna.

Bibliografia

AMANCIO, Lúcia (2007), “Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva”, in Karin Wall e Lúcia Amâncio (Org.), *Família e Género em Portugal e na Europa: Atitudes sociais dos portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-210.

BAUM, Michael e ESPÍRITO-SANTO, A. (2004). “Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres”, in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães (Orgs.), *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 261-299.

BETTENCOURT, Ana Maria e PEREIRA, Margarida Silva (1995). *Mulheres Políticas: as Suas Causas*. Lisboa: Quetzal Editores.

CROSBY, Faye. (1982). *Relative deprivation and working women*. Oxford: Oxford University Press.

ESPÍRITO-SANTO, Ana (2006). “Para além das cerejas.... As mulheres nos principais partidos políticos portugueses”, *Dissertação de Mestrado*. Lisboa: ISCTE.

FREIRE, André (1998). “Lógicas de recrutamento parlamentar: Os deputados portugueses, 1975-1999”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 28, pp. 115-147.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (2008), *Les femmes dans le parlements nationaux: Etat de la situation 29 février 2008*. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm> [data de acesso: 12 de Abril de 2008].

KANTER, Moss (1977). "Some Effects of Proportions on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women." *The American Journal of Sociology*, nº 82, pp. 965-990.

NOGUEIRA, Conceição (1996), “Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva feminista crítica na psicologia social”. *Dissertação de doutoramento em Psicologia*. Braga: Universidade do Minho.

NORRIS, Pippa e INGLEHART, Ronald (2001), “Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation.” *Journal of Democracy*, nº 12, pp. 126-140.

PINTAT, Christine (1997), “Les femmes dans les parlements et dans les partis politiques en Europe et en Amérique du Nord”, in F. Christine (Eda.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*. Paris: PUF, pp. 793-816.



TAJFEL, Henri (1982), Grupos Humanos e Categorias Sociais. Estudos em Psicologia Social (2 vol.). Lisboa: Livros Horizonte.

VIEGAS, José Manuel e FARIA, Sérgio (2001), As Mulheres na política. Oeiras: Celta Editora.

WORLD ECONOMIC FORUM (2007). "The global gender gap report 2007", in R. Hausmann, L. D. Tyson, e S. Zahidi (orgs.). Geneva: World Economic Forum.

¹ Tese de doutoramento sob a orientação de Lígia AMÂNCIO, Professora Catedrática, docente do Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE/CIS.

² Bolseira de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Referência: SFRH/BD/21628/2005

³ Aqui, temos que ter em conta que uns consideram a idade que tinham quando se inscreveram na Juventude Partidária e outros as acções, movimentos de oposição ao regime em que participaram.

⁴ No gráfico, o “F” corresponde a cada uma das deputadas e o “M” a cada um dos deputados.

⁵ A minha entrada no mundo da política fez-se naturalmente, (2) gosto de pertencer ao mundo da política, (3) identifico-me com o(a)s outro(a)s político(a)s, (4) estou satisfeito(a) com a minha situação, (5) considero que tenho êxito a nível profissional, (6) considero que mereço o êxito profissional que consegui, (7) o meu êxito profissional deve-se às minhas capacidades e ao meu esforço, (8) considero que o meu êxito profissional se deve ao acaso/sorte.

⁶ A escala era a seguinte: 1 = *discordo totalmente*, 2= *discordo*, 3= *discordo um pouco*, 4 = *não concordo, nem discordo*, 5 = *concordo um pouco*, 6 = *concordo*, 7 = *concordo totalmente*

⁷ (1) Quando olhamos para a representação de homens e mulheres na política, percebemos que há uma situação de desigualdade; (2) Trata-se de uma situação injusta; (3) Subjacente a esta situação há um problema, do ponto de vista da democracia, (4) É uma situação que se deve manter tal como está, (5) Esta situação existe por motivos sócio-culturais; (6) Penso que o(a)s político(a)s são seleccionado(a)s tendo em conta o seu sexo; (7) O *gender gap* que existe na política deve-se à falta de interesse/motivação das mulheres por esta área; (8) As mulheres políticas servem de exemplos/modelos às outras mulheres (9) Penso que as mulheres, em geral, são discriminadas; (10) Já fui discriminado(a) ao longo da minha carreira política.

⁸ Proposta de Lei n.º 194/VII, discutida e votada na Assembleia da República em Março de 1999.

⁹ Informação retirada a 17 de Abril de 2008 de: http://www.parlamento.pt/deputados/deputados_gp.aspx